

Expressão do desenho de uma vila raiana: Zebreira (Portugal)

Arquiteta MARIA ISABEL LOPES DE MENDONÇA
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
mmendonca@arq.up.pt

RESUMO:

O artigo que aqui apresentamos consiste num estudo de levantamento e interpretação urbanístico-arquitetónico realizado na singela localidade de Zebreira (Idanha-a-Nova, Portugal), no ano de 2016. O trabalho foi realizado por uma equipa de estudantes do curso de Arquitetura da Universidade do Porto, na senda daquilo que se veio a revelar um surpreendente caso de estudo. Da investigação resultou a descoberta de dois projetos para a ereção de uma praça-forte na localidade, durante a primeira metade do século XVIII. O que nos levou a ponderar um efetivo início das obras, ainda que a praça nunca tenha adquirido um conjunto edificado qualificável, foram algumas “memórias” reveladas pelo traçado urbano - a nosso ver claramente indicativas de um projeto cordeado in situ. Perante a existência de tais evidências, surgiram várias as questões: em torno dos autores das propostas, dos projetos e das motivações de tal ideia – aspetos que serão cuidadosamente explicados neste artigo, à luz da tratadística portuguesa setecentista de foro militar e a partir da análise dos testemunhos físicos e históricos.

PALAVRAS chave: *Arquitetura; Beira Baixa; fronteira; fortaleza.*

ABSTRACT:

The article presented here consists of an architectural study carried out in the locality of Zebreira (Idanha-a-Nova, Portugal) in the year 2016. The work was carried out by a team of students of the Architecture course of the University of Oporto, in the path of what has come to reveal a surprising case study. The investigation resulted in the discovery of two projects for the erection of a stronghold in the locality during the first half of the eighteenth century. What led us to consider an effective beginning of the works, although the stronghold never acquired a qualified set, were some “memories” revealed by the urban pattern - in our opinion clearly indicative of a project made for the place. Given the existence of such evidence, several questions arose: around the authors of the proposals, the projects and the motivations of such an idea - aspects that will be carefully explained in this article, in the light of the eighteenth-century Portuguese military treatises and from the analysis of physical and historical testimonies.

KEYWORDS: *Architecture; Beira Baixa; border; fortress.*

1. ZEBREIRA: BREVE RESENHA HISTÓRICA

Zebreira é uma freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, da qual dista 20km, pertencente ao distrito de Castelo Branco (a 44km) e bispado de Portalegre (a 130km). Localiza-se sobre uma linha de fecho, de cumeeira alta (com altura máxima de 400 metros, na zona do Castelo), mas pouco íngreme, destacando a vila do território relativamente plano que caracteriza a sua envolvente. Encontra-se entre os rios Elga e Aravil, afluentes do Tejo, e sobre o cruzamento de dois eixos rodoviários, que conduzem, no sentido Norte, a Idanha-a-Velha, no sentido Sul, Rosmaninhal e, seguidamente, para o Tejo, a Poente, para Idanha-a-Nova e, a Nascente, até Salvaterra do Extremo e Segura (fig.1 - Localização geográfica e paisagem).



No que respeita à sua localização fronteiriça, é relevante salientar que Zebreira (não particularmente Zebreira, mas toda a região onde se inclui), povoação raiana da Beira Baixa, é caracterizada, desde os primórdios da nacionalidade, por uma condição de proximidade a Espanha que acarretou as suas vicissitudes.

A tradição aventa muitas hipóteses sobre a fundação desta vila. É possível que tenha sido ocupada desde tempos muito remotos, associando à fundação da Egitânia, antiga Idanha-a-Velha, por habitantes que, tentados pela condição fértil e aprazível do Monte de Zebros, cultivaram a região, dando origem a um pequeno povoado agrícola. Mais tarde, o herdamento da Toula passou a mencionar o lugar das casas do Soudo, correspondendo ao primeiro povoado associado, mais tarde, à origem efetiva de Zebreira. Concedidos por D. Teresa, no século XII, a Martim Perna, a Herdade e o lugarejo foram integrados no termo de Idanha-a-Velha quando lhe foi outorgado o foral “novo”, passando, assim, primeiro, para os Templários e, destes, para a Ordem de Cristo¹.

¹ “Item como en o foro da Eydanha a velha seja conteudo que os da Eydanha non possam dar nen vender herdamentos homeens dordim e ese conçelho de Eydanha ouvese dado os herdamentos da coula [toulá] a martim perna seu vyzyo esse martim perna esses herdamentos com a aldeya

No reinado de D. Sancho I, com a atribuição do herdamento da Toula a Martim Perna, as terras começaram a ser lavradas e, conseqüentemente, povoadas. Assim, e de forma a conseguir tratar toda aquela vasta área, Martim Perna juntou vários camponeses, fundando um regime comunitário de terras e pastos. Note-se a organização comunitária dos seus trabalhadores, que, por ser bastante remota, estipula que ainda hoje os terrenos agrícolas continuem a ser repartidos pelos habitantes de Zebreira.

Desde a formação do reino de Portugal, no séc. XII, que a Beira Baixa possui a conotação de “ângulo morto do território nacional”², estruturando-se em função do grande eixo de circulação Ocidental, ao longo do qual se posicionam Coimbra e Lisboa, cidades de posição atlântica. As dificuldades naturais do território – entre as quais o isolamento humano – e a proximidade à bacia hidrográfica do Tejo determinou que a Beira Baixa fosse uma região habitualmente marcada por revoltas cristãs e razias mouras. Só depois de 1230 se fez sentir alguma paz com o afastamento da fronteira para Sul³.

No final do século XIII, em 1297, fixou-se a fronteira de Portugal e Espanha, numa solução de compromisso entre as ambições e as forças concorrentes dos reinos de Portugal e de Leão⁴. Contudo, o acordo estabelecido (o Tratado de Alcanizes) para o caso da região em questão não impôs a concessão de vilas e castelos junto à linha do Erges. Não tendo sido um território reconhecidamente disputado, alguns monarcas, porém, procuraram implementar medidas que pudessem resolver os problemas do isolamento. Segundo um acordo estabelecido entre um Cavaleiro da Ordem de Cristo e trabalhadores espanhóis, durante o reinado de D. Manuel (mencionado no foral de 1533 concedido por D. João III⁵),

poboada en eles que fazyza foro e serviço con a cydade de Eydanha a el Rey e ao Reyno deu essa aldeya contra o foro da Eydanha a ordim do tempore e en alheoua ao conçelho e ao Reino en guisa de macar seja no termho deydanha poboada non ha dela o conçelho da Eydanha nehum serviço nen consentem os freyres que os da Eydanha ajam eensa aldeya herdamentos.” AGOSTINHO DA SILVA, Padre Manuel, “Sete séculos e meio: profundidade histórica de um sistema de produção arcaizante”, Tese de Doutoramento em Sociologia da CRH, Salvador: CRH, 1998, p. 251.

² MATTOSO, José [dir. Duarte Belo, Suzanne Daveau, José Mattoso], “Beira Baixa”. “Portugal, O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões”, 1.ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 367.

³ VENTURA, Leontina, “A fronteira luso-castelhana”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Volume XV-I, Porto: FLUP, 1998, pp. 25-52.

⁴ Humberto Baquero Moreno, “As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o Tratado de Alcañices”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Volume XV-I, Porto: FLUP, 1998, pp. 641-653.

⁵ No foral escreve-se que “o dito Jorge de Sousa se fora contratar com eles (...) que viessem viver no dito lugar e granja e rompessem as terras bravias e matos dele e os metessem a pão e fizessem

os trabalhadores espanhóis cultivavam terras nas proximidades de Rosmaninhal e os portugueses de Malpica iam para Espanha, isto porque a travessia do rio Erges se fazia sem dificuldade.

Contudo, a partir do século XVII, com as batalhas travadas no período da Guerra da Restauração, a Beira Baixa tornou-se palco de batalhas violentas. Os combates repetiram-se entre 1704 e 1705 com a Guerra da Sucessão; em 1762, com a Guerra dos Sete Anos; e, nos primeiros anos do século XIX com as Invasões Francesas. Nesta época, o corredor de ligação que passava por Idanha-a-Nova, depois de Segura, Salvaterra do Extremo e Zebreira, seguindo por Castelo Branco até ao Tejo, foi um dos mais sacrificados, com o saque das vilas e aldeias à passagem das tropas, pois possibilitava uma entrada facilitada no território português.

2. PERCEÇÃO, MEMÓRIA E INTERPRETAÇÃO – PROJETO DE UMA PRAÇA-FORTE

2.1 O plano estratégico-militar para a zona raiana entre Penamacor e o rio Tejo

Tendo conhecimento de dois projetos para a construção de uma praça-forte, dois dos grandes desafios que o caso de estudo nos coloca é a determinação da sua localização e a descoberta pela existência de sinais objetivos do início da sua construção. Entre a escassa informação que conseguimos recolher sobre o projeto seiscentista, que nunca chegou a executar-se, temos conhecimento de um modelo-tipo, de duas plantas e um corte. Para além deste primeiro projeto sabe-se de um outro, de 1737, retratado em duas plantas: uma oficial, assinada pelo Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes, e outra encontrada no *Archivo General de Simancas* (Valladolid), também datada do mesmo ano e acompanhada por uma breve descrição acerca da sua localização.

O Forte de Zebreira, datado de 1663, foi um projeto mandado realizar sob o alto patrocínio do rei de Portugal, D. João IV. Passaram apenas vinte e três anos da data que marcou um ponto de viragem na história portuguesa: o 1.º de Dezembro de 1640, dia que marca a restauração da independência de Portugal em relação a Espanha. É demais conhecida que a recuperação da independência não se efetuou num dia apenas, tratou-se, antes, de um processo bastante complexo a todos os níveis e que durou décadas. Não nos referimos

outras benfeitorias de casas, vinhas e olivais (...). Por bem do qual se vieram de sua terra sessenta moradores viver e povoar o dito lugar e granja de Monforte e Alcolheosa”. MATTOSO, José [dir. Duarte Belo, Suzanne Daveau, José Mattoso], “Beira Baixa”. “Portugal, O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões”, 1.ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 371.

apenas ao conjunto de batalhas físicas, a que se costuma chamar Guerra da Restauração, mas, também, às batalhas diplomáticas que Portugal travou por forma a conseguir o maior número de apoios e reconhecimento⁶. O combate físico durou praticamente vinte e oito anos e, para tal, foram construídos e restaurados um grande número de fortalezas (v.g. Caminha, Chaves, Valença, Miranda, Almeida, Elvas, Estremoz, Campo Maior, Ouguela, etc.) que defenderam a fronteira portuguesa dos ataques espanhóis e preveniram a recuperação da Coroa Portuguesa para a Casa de Habsburgo. Para além da Guerra da Restauração, a construção destas estruturas fortificadas modernas foi “(...) impulsionada (...) pelas guerras do século XVIII, nomeadamente pela Guerra Fantástica”. Apesar de tudo “a grande alavanca que impulsionou a renovação da fortificação foi, sem dúvida, a Guerra da Restauração, pelo facto de ter durado vinte e oito anos (...)”⁷. (fig. 2 - Plano estratégico-militar para a zona raiana entre Penamacor e o rio Tejo)

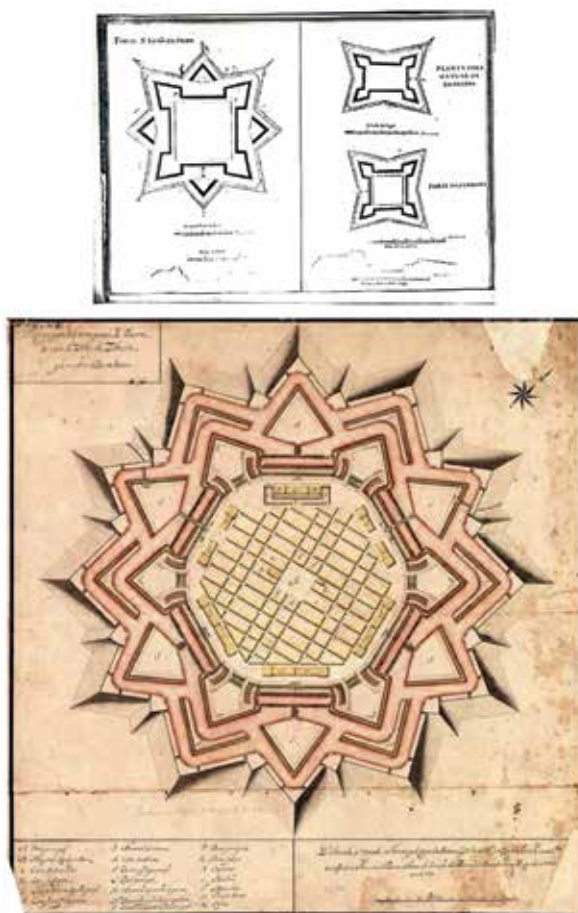
⁶ Recordemos que o rei deposto, Filipe IV (III de Portugal), era um dos mais influentes soberanos do mundo, herdeiro de um vasto império ainda que bastante diminuído se comparado com o do seu avô Filipe II (I de Portugal). O poderio económico e a força diplomática em nada se comparavam com a corte do recém-eleito rei de Portugal, D. João IV, herdeiro da Casa de Bragança – a mais poderosa família portuguesa, descendente directa do primeiro rei da Casa de Avis, de D. João I. Para o sucesso da sublevação portuguesa muito contribuiu o apoio que a quase totalidade dos portugueses, da metrópole e de todo o Império Colonial, deram ao seu novo monarca e o espírito de identidade histórica.

⁷ SOUSA LOBO, Francisco, “A defesa militar do Alentejo”, Revista Monumentos, n.º 28, Revista Semestral do Património Construído e da Reabilitação Urbana, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Dezembro de 2008, p. 33.



O primeiro projeto desta praça-forte encontra-se atribuído a João Nunes Tinoco (ca. n. 1610- m.1689), arquiteto da corte portuguesa, que concebeu um plano genericamente atendendo às características gerais da estrutura encomendada. Já no caso da segunda proposta, sabemos que existiu trabalho de campo, executado na vila pelo Coronel António Velho de Azevedo, pelo Capitão José Fernandes Pinto e pelo Ajudante Francisco de Barros sob a direção do Engenheiro-Mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), que, por sinal, tem obra publicada relacionada com técnicas de medição e de engenharia militar e foi

o autor da praça-forte de Almeida. Este trabalho, de 1737, consistiu numa proposta de delineamento e marcação da fortaleza no terreno e que provavelmente resultaria numa nova planta, devidamente adequada à morfologia do terreno⁸. A nossa análise debruça-se sobre a proposta de 1737 por ser a mais recente e por se refletir diretamente, a nosso ver, na estrutura urbana da vila. (fig. 3 - Os planos para a praça-forte de Zebreira)



⁸ “Projecto para hua nova praça de Guerra no citio da Villa da Zebreira para cobrir a Beira Baixa. Delineada, e Marcada no Terreno pelo Coronel Antonio Velho de Azevedo, e o Capitaõ Jose Fernandes Pinto, e o Ajudante Francisco de Barros debaixo da direcção de Manuel de Azevedo Fortes Engenheiro-Mor, anno de 1737”. Direção da Arma de Engenharia.

Na verdade, não existem documentos oficiais (v.g. cartas, relatórios, etc.) que comprovem a construção do quer que seja desta praça-forte, apenas o “delineamento e marcação no terreno”. A informação a que tivemos acesso é, em grande parte, contraditória - resultado de deduções feitas na época sobre os escassos vestígios desta empresa militar; na Corografia Portuguesa do Padre António Carvalho da Costa, chega a referir-se que a vila de Zebreira tem “(...) uma Igreja Paroquial, Vigaria da Ordem de Cristo, Casa de Misericórdia e quatro ermidas e tem um forte famoso, que mandou fazer o Sereníssimo Rei D. João IV e tem para o Poente a ribeira Touliça”⁹. Esta afirmação parece-nos um pouco exacerbada, pois, segundo esta informação, poder-se-ia deduzir que a praça-forte já estaria construída, o que não seria verdade. Outro dos documentos que reforça a ideia de que, realmente, este projeto extravasou o simples trabalho teórico, é o que vem explicitado no famoso interrogatório de 1758, onde todos os párocos deram notícia dos mais variados assuntos locais: desde a paróquia, em si, passando por descrições geográficas, históricas, económicas e administrativas das regiões onde se inseriam¹⁰. Sobre a vila de Zebreira e, em especial o forte, referiu:

“Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros, se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela, ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente?”

“He murada de muros de alvenaria, que se achao derrubados, e tem seu Castello ja derrubado; nao he praca de armas, e dentro do mesmo Castello tem duas pesas de artelharia de ferro com seus carrinhos. Achase nella huma prasa riscada para a parte do Poente”¹¹.

A partir desta informação tentámos descobrir algum vestígio no traçado urbano da vila. Debruçámo-nos, numa primeira fase, exclusivamente, sobre a zona Poente de Zebreira, observando que nenhum dos arruamentos nos remetia para a existência de um qualquer limite; não existem cortes abruptos na malha urbana, por exemplo. Porém, esta análise nada comprova, pois o forte tanto poderia englobar a vila como não. Recorrer às referências tornou-se quase imperativo, de modo a entender melhor a configuração de tantas outras praças-fortes que defenderam as fronteiras portuguesas. De acordo com as várias plantas e cortes propostos para o Forte (projeto de 1663), a inclinação do terreno (descendente de Poente para Nascente) jamais se poderia adequar à zona Poente da vila, na qual a inclinação

⁹ Sublinhado dos autores.

¹⁰ Este interrogatório vem no seguimento do terramoto de 1 de Novembro de 1755. Com este pretendia-se apurar todos os estragos observados no reino de Portugal, aproveitando-se para fazer uma recolha extensiva de todas as aldeias, vilas e cidades portuguesas.

¹¹ “Zibreira, Castelo-Branco” (vol.41, nº (Z) 6), Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 41, V, Z”, 1758-1758 / “Memórias Paroquiais 1722-1832”, AN/TT, pp. 2233-2236.

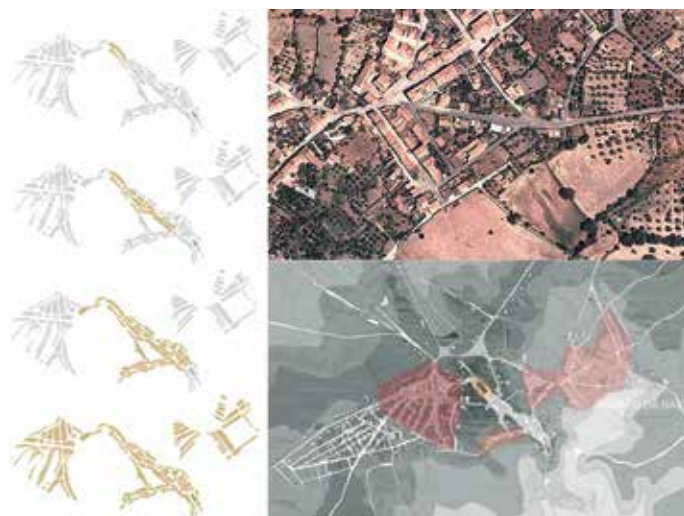
é inversa. Foi com esta referência, apoiada num argumento dicto simpliciter, que esta análise tomou um rumo distinto, tendo como objeto a zona montante da vila de Zebreira, por estar de acordo com o corte presente no referido documento.

De facto, a única localização provável para esta praça-forte, de um ponto de vista bélico, seria, indubitavelmente, a parte Nascente da vila, ou seja, a zona voltada para a fronteira, e não na zona Poente de traçado medieval e seiscentista. O Campo da Nave, especificamente, onde se podem observar as ruas mais largas e de traçado regular, pareceu-nos, por isso, indicativo de ter resultado de um planeamento moderno.

Sobre o levantamento métrico

Para a averiguação de que os vestígios contemplados na “memória” corresponderiam a aspetos extraídos do plano de 1737, formalizou-se em grande parte o estudo e a análise de perfis de ruas levantados com propósito de serem comparados e de nos oferecerem respostas quanto à lógica subjacente no desenho de uma vila raiana.

Efetuiu-se, como tal, o levantamento de todos os elementos constituintes de uma célula de um quarteirão, manualmente, e levando a cabo métodos tradicionais de recolha de informação métrica. Os desenhos executados in situ contemplaram esquemas em planta e alçado, nos quais foram apontadas as medidas de/entre todos os referidos elementos do lote urbano e consecutivamente do quarteirão. (fig. 4 - Evolução urbana da vila de Zebreira e Campo da Nave)



Ainda que não exista documentação concreta sobre a construção da praça-forte, uma das grandes motivações desta análise e proposta prende-se com o facto do Campo da Nave surgir, neste contexto urbano, com um desenho claramente distinto, de composição regular e geométrica. O que poderia apenas ser encarado como apenas mais um projeto falhado e, assim, encaminhado para um repositório de factos históricos, ganha com esta descoberta uma outra credibilidade, apoiada no que existe da “memória” da praça-forte de Zebreira, em amplo confronto com outros casos da raia portuguesa, do Minho ao Alentejo. Conscientes do risco em que incorremos ao apontar uma proposta, salvaguardamo-nos na equanimidade com que encarámos este desafio.

Importa para a compreensão da localização desta praça-forte indiciar alguns dos factos históricos que influenciaram esta decisão e assim fundamentar esta obra. Interessa sobretudo debruçarmo-nos no período posterior a 1640, embora durante o reinado dos Habsburgos em Portugal também se tenha procedido a grandes melhorias de algumas das fortalezas costeiras, sobretudo, nas ilhas e também nalgumas das antigas possessões coloniais. Depois dos primeiros seis anos marcados pelo combate ofensivo, em 1647, a estratégia foi alterada para uma guerra dita “à defensiva”, que não durou muito, apesar de tudo¹². Com o Tratado dos Pirinéus (1659)¹³ instaurou-se um período ainda mais conturbado, sucedido por um conjunto de batalhas vitoriosas para Portugal que culminaram na Batalha de Montes Claros (1665)¹⁴. Foi com esta última que Portugal conseguiu alcançar a paz, com o Tratado de Lisboa (1668).

Portugal também se envolveu direta e indiretamente noutros conflitos bélicos. Na viragem do século XVII para o século XVIII, Portugal assistiu à chamada Guerra da Sucessão da vizinha Espanha. Portugal aliou-se a Inglaterra, aos Países Baixos e ao Sacro Império Romano-Germânico apoiando, obviamente, os Habsburgos no trono espanhol, contra os franceses, que apoiavam os Bourbons, tal como Carlos II havia deixado decidido. Em 1703, formalizou-se a sua posição com a assinatura de alguns tratados que se revelariam terríveis para

¹² SOUSA LOUBO, Francisco, “Um Olhar militar sobre Valença”, Revista Monumentos, n.º12, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2000, p. 42.

¹³ Celebrado em 1659, entre Espanha e França. Insere-se na fase final da famosa Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), terminada com o Tratado da Vestefália, onde se estabelece a paz entre as duas nações e onde o rei francês reconhece o seu homónimo espanhol, Filipe IV, como rei de Portugal e da Catalunha.

¹⁴ Um dos grandes vultos desta batalha foi D. Sancho Manoel de Vilhena, primeiro Conde de Vila Flor, que defendeu várias praças, como a de Elvas, durante a Restauração da independência. É o filho mais velho de D. Sancho Manoel de Vilhena, D. Cristóvão Manoel de Vilhena, que recebe o título de Senhor-Donatário de Zebreira.

Portugal¹⁵. Foi neste contexto que, já em 1704, Portugal foi invadido pelas tropas franco-espanholas, comandadas pelo Marechal de França, James Fitz-James, Duque de Berwick, que em Maio desse ano ocupou, sucessivamente, Salvaterra do Extremo, Segura, Zebreira, Monsanto, Idanha-a-Nova e Castelo-Branco¹⁶. Efetivamente, esta invasão deve-se, mais precisamente, ao facto do Arquiduque Carlos ter desembarcado em Lisboa, já como Carlos III¹⁷, a 9 de Março de 1704¹⁸. Em 1705, a retaliação foi dirigida por D. António Luís de Sousa, Marquês das Minhas, tendo este “(...) retomado as praças ao norte do Tejo, como Salvaterra do Extremo, Segura, Zebreira, Castelo Branco e Monsanto, e indo devastar a zona castelhana de Sarça [Zarza la Mayor]”, vindo da praça Almeida¹⁹.

É este o panorama histórico-político que envolveu os planos de construção da praça-forte de Zebreira, resultando no projeto de 1737 do Engenheiro-Mor do reino, Manuel de Azevedo Fortes. A defesa deste território em muito estava fragilizada, principalmente se comparado o seu sistema defensivo com o de outras regiões. Assim, relativamente à região das Beiras, e em especial à sua

¹⁵ Portugal assinou em Lisboa em 16 de maio de 1703 um tratado defensivo com a Inglaterra e Províncias Unidas, outro tratado de aliança ofensiva e defensiva com a rainha Ana de Inglaterra, Leopoldo I da Áustria e os Estados da Holanda. Havia dois artigos secretos: logo que subisse ao trono da Espanha, o arquiduque Carlos entregaria a Portugal a título perpétuo as praças fronteiras de Badajoz, Albuquerque, Valença de Alcântara, Tui, Baiona de Galiza e Vigo; e na América do Sul, as terras da margem setentrional do rio da Prata, o qual ficaria a constituir o limite das duas coroas. VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, “A Guerra da Sucessão de Espanha”, *História de Portugal* [1640 - 1750], 2.ª Edição, Póvoa de Varzim: Editorial Verbo, 1988, p.224.

¹⁶ “A guerra começara a sério e Portugal bem o sentiu na Primavera de 1704, quando as tropas franco-espanholas atacaram em força a Beira e o Alentejo, tomando sem resistência Salvaterra, Segura e Zebreira, enquanto Monsanto e Idanha-a-Nova o foram de assalto. Deram-se por toda a parte grandes retaliações contra a gente rural.” VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *Idem ibid.*, p.226.

¹⁷ Não se confunda o Arquiduque Carlos (Carlos III, como pretendo rei de Espanha) com o futuro rei de Espanha, Carlos III. O primeiro era filho do Imperador Leopoldo I do Sacro Império (chegando mesmo a herdar a coroa imperial como Carlos VI) e o segundo era filho de Filipe V, rival do primeiro na Guerra da Sucessão.

¹⁸ “Carlos III desembarcou em Lisboa (...) onde foi recebido com um fausto invulgar. Logo se entendeu preparar o exército para acompanhar na entrada em Espanha, tanto mais que Filipe V fora de Madrid para Alcântara para dirigir as operações contra Portugal. Os generais portugueses escolheram a fronteira da Beira como o melhor caminho para o arquiduque penetrar em Espanha.” VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *Ibid.*, p.226.

¹⁹ “Logo a seguir a esta operação o Marquês das Minas, depois de organizar o estado-maior, dirigiu um grandioso exército para a fronteira – uma grande ofensiva contra Espanha –, tomando as fortalezas de Alcântara, Plasencia, Cáceres, Trujillo, entre outras que se renderam perante as tropas portuguesas. Na parte de Castela, também foram caindo todas as terras entre Ciudad Rodrigo e Salamanca. Perante este cenário, Filipe V refugiou-se em Burgos, tendo o Marquês das Minas entrado em Madrid a 28 de Junho de 1705”. VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *Ibid.* pp. 228/229.

defesa, podemos salientar um alinhamento defensivo constituído pelas praças (de Norte para Sul) de Almeida, Alfaiates, Penamacor e Zebreira. Porém, e como referiu Sousa Lobo, “emergiram na fronteira como Praças de Guerra ou recintos fortificados modernizados: (...) na Beira Alta – Almeida, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Vilar Maior, Almendra, Castelo Mendo, Penamacor, Monsanto (...)”²⁰. Sousa Lobo não se refere a nenhuma outra praça entre o Tejo e Monsanto, o que vai ao encontro da estratégia adotada pelo inimigo (em distintas ocasiões), uma vez que foi precisamente nesta região que tantas vezes as tropas inimigas atravessaram a fronteira lusa.

Acima de tudo, o que aqui se torna claro é que o projeto da praça-forte de Zebreira era, realmente, de grande importância, na medida em que constituía um dos pontos que tornariam o eixo defensivo das Beiras mais eficaz. Do referido eixo apenas a praça de Almeida foi executada, tendo isto consequências diretas na História de Portugal. Da lista enumerada por Sousa Lobo, convém atender ao facto de que todas as outras vilas apenas sofreram restauros e/ou foram introduzidos novos equipamentos que ajudaram a modernizar a defesa destes povoados e consecutivamente o país. Ou seja, não se trata de projetos característicos do tipo praça-forte.

Comandado pelo Marquês de Sarriá, um exército franco-espanhol atravessou a fronteira portuguesa, a 5 de Maio de 1762, pela região de Trás-os-Montes²¹. Este período inaugurou o que ficou conhecido como Guerra Fantástica e que corresponde à participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Depois desta primeira invasão, houve uma segunda já sob o comando do conde de Aranda, passando pela região da Beira (Sabugal e Penamacor) e atacando as praças de Salvaterra do Extremo e de Segura, que à altura estavam pouco preparadas, deixando por isso o caminho livre entre Alcântara e Castelo Branco. A passagem do exército invasor por Zebreira dá-se já aquando da sua retirada em direção a Alcântara, dado que as tropas portuguesas, sob o comando do estrangeiro Friederich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, conde de Schaumburg-Lippe-Bückeburg, haviam confrontado os invasores travando a entrada dos mesmos em território luso. Em Setembro, mais uma vez, as tropas

²⁰ SOUSA LOUBO, Francisco, “Um Olhar militar sobre Valença”, Revista Monumentos, n.º 12, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Março 2000, p. 43.

²¹ Os espanhóis abandonaram todas as praças anteriormente ocupadas (Miranda, Bragança e Chaves), com exceção de Chaves, e o comandante espanhol foi substituído pelo Conde de Aranda. Perante esta derrota, seguiu-se uma segunda investida pelas Beiras, conquistando Almeida, Castelo Rodrigo e Castelo Branco, entre outras praças. MOURINHO, António Maria, “Invasão de Trás-os-Montes e das beiras na Guerra dos Sete Anos pelos exércitos borbónicos, em 1762, através da correspondência oficial dos comandantes-chefes Marquês de Sarriá e Conde de Aranda”. Anais da Academia Portuguesa da História, S.2, Vol. 31, Lisboa, 1986, pp. 377-442.

franco-espanholas estiveram em Castelo Branco com o objetivo de se dirigirem para Lisboa, pelo que o Conde de Lippe travou, novamente, os avanços das forças inimigas, tendo estes tomado dois caminhos: por Zebreira, Segura e Alcântara e por Malpica, Herrera e Valência de Alcântara²².

Tendo em conta a posição de Zebreira num contexto territorial de extrema fragilidade, onde apenas Rosmaninhal, Segura e Salvaterra do Extremo constituíam a primeira linha de defesa da fronteira portuguesa e com correspondência, do lado espanhol, com Alcântara, Zarza la Mayor e Piedras Albas, respetivamente, esta subsistiu durante imenso tempo como um local de guarnição e de abastecimento. Para além disso, pelas condições geográficas, a implantação de praça-forte em Zebreira era propícia aos sistemas defensivos mais modernos da época, implantados em planaltos apoiados em pequenos esporões, como assistimos em Almeida, por exemplo. Outro aspeto, certamente tido em conta deve-se à posição de Zebreira num terreno de ampla visibilidade para Nascente e para Sul. Ao invés, quem se assome vindo de Nascente ou de Sul não se iria aperceber da iminência da situação – a vila e, ignorando o facto de não ter sido construída, a praça-forte. Tal acontece uma vez que o perímetro urbano tem várias colinas em seu redor que permitem que a pouca distância percorrida se deixe de ver o quer que seja do casario da vila. É, pois, um local de grande interesse do ponto de vista estratégico, capaz de grandes respostas em situação de investidas inimigas.

Assim, se justifica, em parte, a ideia de uma praça-forte implantada neste local. Com uma perspetiva contextualizada historicamente surge a necessidade de se entender o plano da praça-forte de 1737, inserido numa nova tendência de planeamento urbano português com fortes referências estrangeiras, mas, acima de tudo, muito português, contribuindo para isto a obra de Luís Serrão Pimentel – “Methodo Lusitanico” (publicado em 1680). A análise do projeto de Azevedo Fortes será dirigida, depois de uma breve descrição, para o tema da praça central e, deste modo, para um conjunto de questões associadas com o urbanismo iluminista, passando por um conjunto de aspetos que nos demonstram enormes evidências na malha atual.

2.2 Descrição do plano de Azevedo Fortes

O plano apresentado por Manuel Azevedo Fortes (n.1660- m.1749) insere-se numa lógica espacial muito própria e distinta do até então considerado.

²² “Correspondência de várias entidades para o ministro e secretário de Estado dos negócios da guerra, sobre relações militares que passaram pelo Sabugal e por Zebreira”, cx. 99, Arquivo Militar de Lisboa, 1800, 5 fls.

Assim, o plano proposto para Zebreira assumiu-se com uma linguagem formal reguladora representativa de um processo mental apoiado na geometria e nas suas relações como forma de traçado urbano²³. Tal como o próprio afirmou em “O Engenheiro Portuguez” (1728-9):

“fortificar é cercar uma cidade ou vila, por isso o terreno de implantação deve ser plano, pois é mais fácil de fortificar além de se poder delinear geometricamente a figura mais conveniente, regular e com capacidade de se estender. Bem como, que a distribuição regular das ruas atendia a uma necessidade militar e portanto deveriam ser rectas e dirigidas às cortinas e golas dos baluartes, par que toda parte estivesse livre a circulação.”²⁴.

Podemos, então, constatar que o modelo urbano apresentado nesta planta de Azevedo Fortes é espelho das relações geométricas necessárias para a construção dos muros abaluartados, de acordo com a tratadística. Por outro lado, a geometria aplicada no desenho destas fortificações tem, na realidade, fortes repercussões sobretudo nas zonas de expansão urbana da malha preexistente associadas à implantação destes projetos. Sobre esta questão surge-nos a obra de Luís Serrão Pimentel (1613-1679), “Methodo Lusitanico” (1680), que constitui um importantíssimo marco na história do urbanismo português, na medida em que o autor não tinha como objetivo oferecer um manual de propostas, como que um receituário, mas antes apresentar um conjunto de ferramentas aos engenheiros na hora de construir este género de estruturas e de adaptá-las ao território. Deste modo, “(...) a principal inovação do Methodo Lusitanico estava na criação de uma «identidade nacional», como afirmou Rossa, no domínio da arquitetura militar, por ser um compêndio didático, profusamente ilustrado com exemplos e, sobretudo, por ser o primeiro tratado do género a ser escrito em e por um português”²⁵.

O “Methodo Lusitanico”, de acordo com Serrão Pimentel, deve ser entendido e usado “(...) como ponto de partida para a teorização ideológica e pragmática na arte de fortificar, e numa linguagem simples, acessível aos prin-

²³ PAIO, Alexandra, “Planear e edificar o urbano de fundação portuguesa nos séculos XVII – XVIII. Lições de geometria prática”, Cidade, Território e Urbanismo: Heranças e Inovações – ST3 “Representações da cidade e do território”, volume 10, n.º 3, Lisboa, 2008, p. 13.

²⁴ Obra citada por PAIO, Alexandra “Planear e edificar o urbano de fundação portuguesa nos séculos XVII – XVIII. Lições de geometria prática”, Cidade, Território e Urbanismo: Heranças e Inovações – ST3 “Representações da cidade e do território”, volume 10, n.º 3, Lisboa, 2008, p. 13.

²⁵ MARTINS FERREIRA, Nuno Alexandre, “Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal”, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa: Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 99.

cipais leitores interessados – os formandos em engenharia das suas lições na Ribeira das Naus”. A importância desta obra, à altura encarada com admiração, está na base daquilo a que viria chamar-se “escola portuguesa de urbanismo”, como Walter Rossa chega a afirmar²⁶, de forte influência italiana e espanhola. Sobre este aspeto Manuel Azevedo Fortes mostrou-se bastante crítico na sua obra “O Engenheiro Portuguez”, pois considerava que Serrão Pimentel tinha dado demasiada importância à tratadística estrangeira em vez da portuguesa, o que não deixa de ser surpreendente, uma vez que ele próprio revela uma enorme influência francesa. Um dos argumentos com que Azevedo Fortes sustentou esta crítica prende-se com a questão da unidade de medida. Efetivamente, este último acusou Serrão Pimentel de preferir unidades de medida como o pé régio francês (0,305m) e a tuesa (1,827m) em detrimento de unidades de medida portuguesas como são o pé (0,33m), o palmo (0,22m), a vara (1,10m) e a braça (2,20m).

A (in)coerência da acusação levada a cabo pelo engenheiro-mor do reino relativamente à obra de Luís Serrão Pimentel faz-se sentir aquando da necessidade de construir o projeto ideal para a vila de Zebreira. Manuel Azevedo Fortes que, por um lado recusava o uso de medidas francesas, v.g., mas, por outro, indiscutivelmente tinha um forte pendor vaubiano na prática disciplinar, viu-se confrontado com uma situação nova que exigia recorrer a uma referência do mestre francês, pelo avanço das suas técnicas, caindo, por esta razão, na embaraçosa situação de utilizar o pé régio francês.

O próprio desenho apresenta fortes semelhanças com Neuf-Brisach, evidenciando a fragilidade do autor ao fazer à maneira de outrem. Aqui, podemos apontar os projetos de Longwy e Sarrelouis, também de Vauban, onde observamos uma disposição da malha não tão taxativa como no caso da Alsácia, ou seja, com algumas irregularidades assumidas, ao contrário das hesitações de Azevedo Fortes (entre elas, de acordo com o plano de 1737: variantes próximas nas medidas dos quarteirões; um certo atabalhoamento na colocação no paiol de maiores dimensões a Nor-noroeste e a interrupção de certos arruamentos que desembocam em frentes de quarteirões). Em Neuf-Brisach, constatámos que, se uma tuesa são 1,827 m, o mesmo que 6 pés régios franceses²⁷, serão necessários 6 pés de 0,305 m para perfazer este valor. Quando foi levantada a medida do espaço onde seria implantada a praça principal da fortaleza de Zebreira, verificámos que os 100 m se aproximam da medida destacada na escala gráfica do plano ideal, que é de 328 pés, ou seja, iguais numa conversão segundo o pé de

²⁶ ROSSA, Walter, [Paulo Pereira (dir.)], “A Cidade Portuguesa”, História da Arte Portuguesa (vol. 3), Lisboa: Temas & Debates, 1995, p. 273.

²⁷ AZEVEDO FORTES, Manuel, “O Engenheiro Portuguez”, 2 Vol: Tomo II, Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729, p. 50.

0,305 m igual a 100,04 m, comprovando a utilização da medida francesa na concepção deste plano.

Se um dos aspetos mais importantes salientados da obra de Serrão Pimentel é o facto de reunir “(...) uma perfeita síntese entre o experimentar no terreno – a expansão ultramarina construíra perto de duas centenas de fortificações espalhadas pelo seu raio de acção – e a elaboração metódica de procedimentos na construção de estruturas militares, assente na leitura e apropriação da literatura europeia especializada”²⁸, o que é certo é que não há exemplos que comprovem a relação entre os modelos ideais e a sua aplicação. Tanto o “Methodo Lusitanico” como “O Engenheiro Portuguez” abordam a problemática da praça irregular, propiciada, por exemplo, pela existência de um núcleo preexistente, local onde se iria implantar uma eventual praça-forte.

Procuramos, por isso, encontrar os “projetos ideais” de outras praças-fortes portuguesas, de modo a atentarmos sobre as respetivas mudanças, levadas a cabo de maneira a adaptarem-se às preexistências urbanas ou à topografia. Sem obtermos qualquer registo que nos prove a existência de “projetos ideais” para Almeida ou Elvas, v.g., não conseguimos estabelecer este paralelo. Não obstante este facto, e existindo um projeto deste carácter para a vila de Zebreira, acreditamos que este plano resulta de um exercício executado expressamente para esta vila e não um mero trabalho academicista como muitos poderão deduzir. À primeira vista, esta afirmação resulta um tanto abstrata, porém temos razões claras, como se verá mais à frente, para assim pensar. Ainda assim, no caso da praça-forte de Almeida, obra dirigida por Manuel Azevedo Fortes, rapidamente se chega à conclusão de que também para esta vila o autor teve por base, seguramente, um projeto como o que apresentou para Zebreira, dadas as semelhanças, como o mesmo número de baluartes e a própria dimensão do espaço abaluartado. Na verdade, existem plantas para Almeida de 1736, ou seja, um ano antes do desenho da praça-forte de Zebreira²⁹.

A ação de Azevedo Fortes na vila de Almeida não se cingiu à fortificação. Desta maneira, a reformulação da estrutura urbana, neste caso, é o principal

²⁸ MARTINS FERREIRA, Nuno Alexandre, “Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal”, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa: Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 99.

²⁹ “Manuel de Azevedo Fortes procedeu, em 1735, ao reconhecimento no terreno das fortificações da Beira e do Alentejo. Desta forma, um ano depois, estava já capaz de delinear um plano de conclusão e remodelação da fortaleza de Almeida (...)”. TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida, “Da Vila Cercada à Praça de Guerra: Formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVI-XVIII”, Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 86.

aspecto de interesse de comparação com Zebreira, pelo facto de entendermos uma metodologia de conciliação entre malhas antiga e moderna, salientando a sensibilidade do autor que conseguimos deduzir, igualmente, no nosso caso de estudo. No caso de Almeida, se a rua Direita, e a malha urbana a Norte desta, é mantida como principal marco da memória do casco medieval, constitui, ao mesmo tempo, o alinhamento charneira para o crescimento da vila para Sul, em novos quarteirões perpendiculares a esta. É ainda colocada axialmente relativamente ao desenho da praça-forte e foi mantida, como ponto de fim de percurso, a antiga praça de representação concelhia, reformulada pelo engenheiro, para figurar como a nova praça de armas da vila-fortificação. As funções civis desta foram transportadas para um novo centro – a praça de configuração retangular, imediatamente a Sul da rua Direita -, isolado do eixo principal, de modo a não perturbar a expressão demarcada do arruamento preexistente na organização da forma urbana, ligando-se ao segundo por duas ruas, que possuem continuidade para Nascente e, conseqüentemente, para o exterior da vila.

Relativamente às referências que Manuel Azevedo Fortes teve para a conceção deste modelo, não podemos deixar de referir uma enorme semelhança entre obras de Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707) e o plano apresentado para Zebreira. Mais do que uma referência para este projeto em particular, Vauban influenciou toda a obra e maneira de pensar de Azevedo Fortes, como “O Engenheiro Portuguez” denota. Neste encontramos uma parte dedicada à explicação dos métodos de António de Ville, Conde de Pagan, Mariscal e Vauban³⁰. Deste modo, podemos salientar um projeto deste último engenheiro-militar: Neuf-Brisach (iniciado em 1699). Trata-se de um “projeto ideal” construído que teve enormes repercussões na arquitetura militar e no urbanismo modernos e que desenvolveu um método defensivo inovador, que não será aqui estudado por ser demais conhecido e por se afastar do tema central deste trabalho - que se prende com questões arquitetónicas e não com inovações ao nível das estruturas militares. Acima de tudo, interessou-nos analisar a referida obra da região da Alsácia pelo cuidado que existe na representação da praça central.

Tal como podemos observar no plano proposto para Zebreira, com uma cintura abaluartada que envolve um perímetro interior hexagonal com doze baluartes, o engenheiro-mor terá proposto uma estrutura urbana ortogonal semelhante, mas igualmente distinta, em parte, da de Vauban para Neuf-Brisach. A partir da praça central, para Norte e para Sul, desenvolve-se uma malha

³⁰ PAIO, Alexandra, “Planear e edificar o urbano de fundação portuguesa nos séculos XVII – XVIII. Lições de geometria prática”, Cidade, Território e Urbanismo: Heranças e Inovações – ST3 “Representações da cidade e do território, volume 10, n.º 3, Lisboa, 2008, p. 9.

retangular (sendo apenas o penúltimo tramo quadrangular). No entanto, para Este e Oeste, o engenheiro adotou uma nova dimensão tipo, interrompida ao aproximar-se da cintura por nova malha com as mesmas dimensões da primeira e por outra retangular. Os arruamentos têm larguras diferentes, numa perspetiva hierarquizante, sendo que, por vezes, são interrompidos por um quarteirão nos limites do hexágono, evidenciando, juntamente com os quarteirões, que o desenho não é verdadeiramente simétrico, apesar de parecer. Através da legenda percebemos a distribuição de algumas das funções, como a igreja-matriz orientada para montante e com o alçado principal voltado para a praça central. Do lado esquerdo da praça (isto é, o lado Poente), seria o Hospital; do Norte, as instalações das companhias de comandantes e demais oficiais da praça; e, do lado Sul, o armazém. Em torno do hexágono, os paióis, cavalariças, entre outras dependências próprias de uma estrutura militar.

Relativamente ao plano “A que los Portugueses intentaron encontrar”, do mesmo ano (1737), encontrado no Archivo General de Simancas (Valladolid), temos a certeza de que não foi desenhado por nenhum dos oficiais portugueses que acompanhavam o engenheiro-mor do reino. Para tal bastou-nos verificar que a unidade de medida utilizada foi a tuesa, o que elimina as hipóteses de o desenho ter sido orientado pelo autor do plano³¹. Para além disso, as descrições e a legendagem³² deste plano estão em castelhano e, logo no topo do documento, observamos uma pequena anotação que nos leva a crer que, obviamente, se tratou de uma tentativa espanhola de antever rigorosamente a praça que faria frente à Praça de Alcântara:

“a que los Portugueses intentaron encontrar

Plano y Proyecto del fuerte de Zebreira, a tres léguas de la Plaza de Alcantara inmediato al castillo de Salvatierra;”

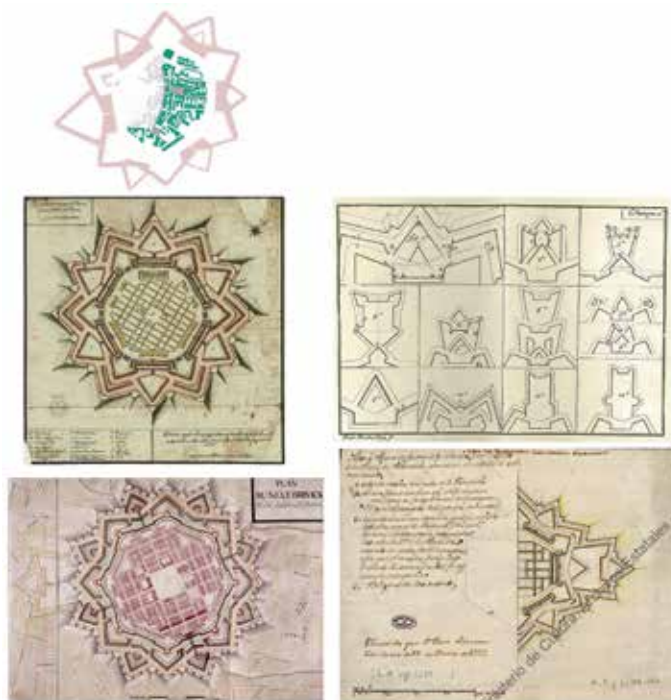
A particularidade deste plano reside no facto de introduzir uma outra estrutura não prevista por Azevedo Fortes (pelo menos na planta que nos chegou), um hornaveque. Provavelmente, à altura em que os espanhóis conseguiram informações que permitiram este desenho, o engenheiro-mor português já estaria a prever a introdução de um hornaveque, como o que observamos na Praça de Elvas, daí que o desenho espanhol o apresente. Caso contrário, não nos parece lógica a ideia de que se tratou de uma suposição do inimigo, mas,

³¹ Como se indicou acima, Manuel de Azevedo Fortes fazia questão de utilizar unidades de medida exclusivamente portuguesas como o palmo, o pé e a braça (com valores distintos das medidas estrangeiras).

³² A data que o documento espanhol apresenta (19 de Marzo de 1737) mostra que o desenho português teria que estar feito antes de Março.

antes, de um facto determinado por parte da fação portuguesa. Azevedo Fortes, de resto, explicita, n' "O Engenheiro Portuguez", um conjunto de desenhos de hornaveques, alguns de grande complexidade geométrica. No mesmo plano, também se observam diferenças relativamente ao primeiro no que concerne à malha urbana e à disposição da praça central.

A praça central do plano de engenheiro-mor do reino é um dos factores que sustenta a tese de que a proposta indicada teve, realmente, fortes repercussões no traçado urbano moderno da vila de Zebreira. Para tal contou o facto da vila dispor de um espaço quadrangular conformado (o Campo da Nave), principalmente, a Norte e a Poente, com a mesma escala apontada no plano ideal de Azevedo Fortes, daí que o estudo em torno desta praça seja realizado com especial atenção e apoiado em algumas referências consideradas pertinentes. (fig. 5 - Manuel de Azevedo Fortes: a praça-forte de Almeida; o plano para a praça-forte de Zebreira; hornaveques d'"O Engenheiro Portuguez". Neuf-Brisach. Plano elaborado por espíões espanhóis)



2.3 Evidências no traçado urbano – registos de uma memória

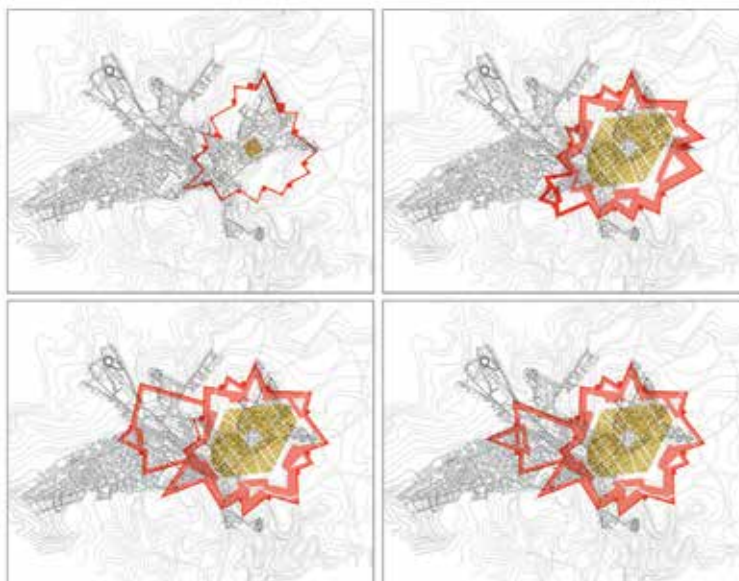
Como já referimos, temos a certeza que o projeto de João Nunes Tinoco não corresponde a um desenho que tem em atenção as condicionantes naturais e o traçado urbano da vila, tal como o plano de Manuel de Azevedo Fortes. Ambos os esboços (ainda que rigorosos) representam uma ideia geométrica e abstrata sobre a forma da praça, que não considera a inserção no terreno.

Todavia, e como já foi referido no início deste capítulo, a proposta de Azevedo Fortes (e a versão espanhola da mesma, encontrada em Simancas, que acrescenta um hornaveque) tornou-se na base de trabalho e na génese de um conjunto de interpretações e de tentativas de aplicação dos princípios estruturantes de cada plano ao contexto topográfico em particular, uma vez que os indícios provenientes da fase de delineamento capazes de registo no território, como percebemos no caso de Almeida, remetem-nos para uma proposta mais atenta às condicionantes naturais e não para a construção de uma estrutura num terreno abstrato.

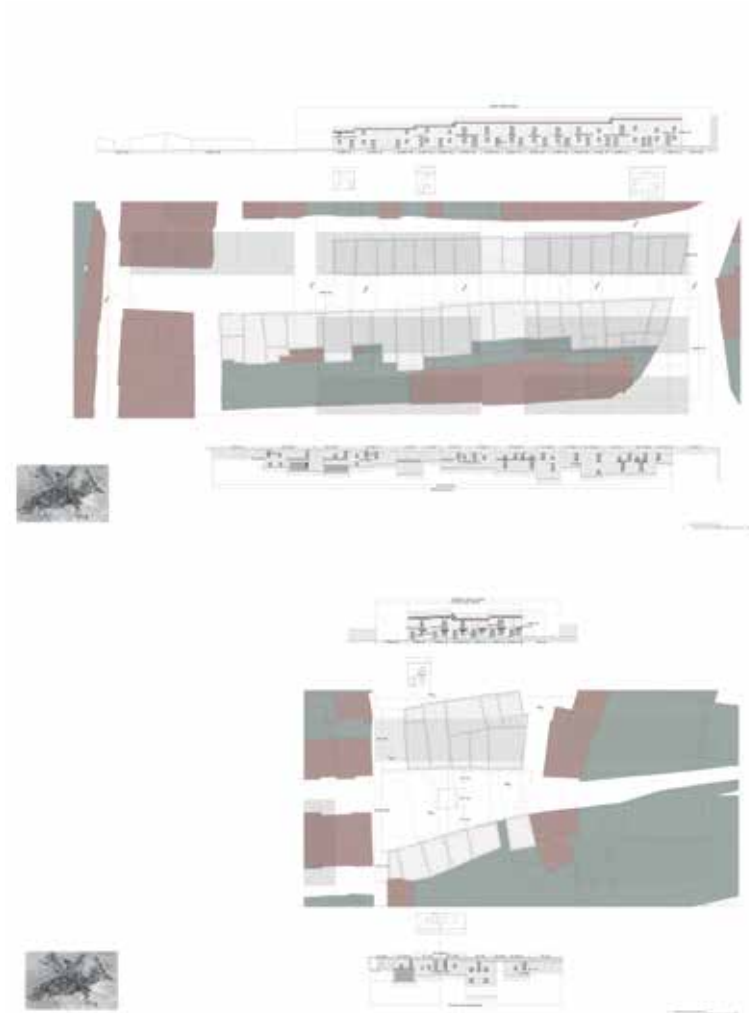
Prova desta necessidade de ajustar a geometria ao terreno é o desenho de um dos possíveis baluartes da praça-forte, que estaria delimitado por ruas e por um dos largos da vila: a Norte, pela rua Nova de S. Sebastião, a Poente, pela rua Nova e pelo Largo do Terreiro³³ e, a Sul, pela rua da Amoreira. Parece-nos impossível que os planos não tenham resultado numa aplicabilidade prática, dada a clareza com que se lê a “memória”.

Também a Sul da Igreja Matriz podemos delinear um outro baluarte, não tão explícito como o primeiro, mas ainda assim perceptível pelos muros que delimitam os logradouros do casario e pela própria descontinuidade da malha urbana em alinhamentos direcionados para onde seria o vértice do baluarte, também este situado sobre um dos caminhos de acesso ao exterior da povoação, configurando a porta de entrada Poente da fortaleza. A grande dúvida a respeito dos desenhos que elaboramos reside na implantação dos baluartes, encontrando-se muito próximos do organismo urbano. (fig. 6 - As hipóteses de implantação da praça-forte)

³³ “Na estrutura medieval o terreiro para as actividades comerciais como feiras e mercados localizava-se extramuros e no espaço anexo às muralhas, junto a uma das portas, mas era o espaço complementar do burgo, assim como o arrabalde era a sua extensão natural (...) A nova área urbana setecentista irá englobar todo o espaço já estruturado como o burgo medieval, o arrabalde, o terreiro da feira, os caminhos de acesso, (...)”. TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, “O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil”, Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 150-151.



Outro vestígio da referida “memória” encontra-se a Nascente. Conformada pelas ruas do Poço da Nave, da Esperança, do Alecrim, da Fonte de Baixo e pelo Largo da Nave, uma forma quadrada regular, sem qualquer construção anterior ao século XVIII nos seus limites internos, seria o espaço central do forte, como rossio de apoio ao quartel-general e do arsenal. A própria largura das ruas, muito diferente do resto da vila, adquire um carácter próprio apenas provável se tendo sido pensado e desenhado com um propósito claro. Para além disto, refira-se a dimensão deste espaço – de enormes proporções -, bem como uma série de arruamentos que nele desembocam e têm continuidade para a parte Nascente: primeiro para o acesso a parcelas de terreno dispostas ao longos destes arruamentos, até pontos de confluência e de bifurcação, constituindo assim os limites do espaço amuralhado nesta área. (fig. 7 - A Rua do Poço da Nave e a Rua Nova da Nave)



Atentando nestes pormenores, achamos viável o posicionamento da praça-forte com uma linha de baluartes mais próximos entre si, na parte Nascente, tal como se assiste em Elvas. Conforme previsto no projeto de Manuel Azevedo Fortes, a entrada principal seria pelo lado Poente. Assim, é óbvio que

o engenheiro-mor, aquando do delineamento da fortaleza pelo Coronel António Velho de Azevedo, tenha tido em consideração o casco urbano, deslocando o centro do novo sistema defensivo para uma área desocupada – o Campo da Nave. O trabalho de campo efetuado pelo Coronel Velho de Azevedo³⁴ muito provavelmente estabeleceu as principais linhas orientadoras desta praça central, permanecendo esta configuração e algumas construções desde então. De referir que foi tomando esta área como ponto de partida que conseguimos realizar as soluções para o projeto, tendo como segura a ideia de que a área do Campo da Nave seria o centro de toda a composição. Foi a partir desta ideia que num constante cruzamento de medidas (indicadas em pés na planta de 1737) se transpôs os limites da praça-forte e se percebeu como parte dos alinhamentos de ruas e quarteirões do plano de Azevedo Fortes tinha correspondência direta com a malha quinhentista e seiscentista da vila de Zebreira. Foi, seguramente, uma das grandes motivações para se concretizar uma proposta fundamentada e atenta a vários factores.

Walter Rossa referiu-se a Manuel de Azevedo Fortes como um engenheiro militar de extrema sensibilidade pela forma como, especialmente na concretização da praça-forte de Almeida, considerou a morfologia urbana existente³⁵. Assim, e tendo presente os indícios e condicionalismos apontados atrás, pensamos que para o plano da praça de Zebreira tenha sido garantido o diálogo com a malha existente, procurando, de igual modo, abrangendo-a pelo perímetro abaluartado. O plano de 1737 apontava ainda para a criação de uma praça principal desenhada de raiz, o que enaltece a sua posição fora da parte velha da vila e ladeada por quarteirões perfeitamente regulares de construções mais recentes. Ora, nenhum espaço em Zebreira possui estas características, apenas compatíveis com a área livre do Campo da Nave, onde facilmente se lê um grande espaço quadrangular. Atentando nesta correspondência, procurámos aproximar as dimensões do plano aos deste espaço e constatámos que têm dimensões aproximadas: os cerca de 328 pés apontados no plano correspondem, aproximadamente, aos 100 metros de lado do Campo (pela conversão, 100,04m).

Dispondo o plano consoante a orientação solar, anotámos a coincidência com que alguns equipamentos destacados dos quarteirões assentam sobre o núcleo quinhentista/seiscentista, concretamente sobre a Casa da Câmara, que constituiria a entrada Poente ladeada pelos baluartes já enunciados, para além de

³⁴ António Velho de Azevedo, é um dos nomes que mais se encontra ligado às obras de Almeida, sendo responsável por algumas das plantas da praça-forte e edifícios, como o Hospital, por exemplo.

³⁵ ROSSA, Walter, “O Or(de)namento do território”, A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português, Coimbra: Almedina, 2002 p. 189.

evidentes sobreposições no casario da zona da Nave. Para além disso, a dimensão da praça velha (100mx100m, ou seja, 328 pés - 100,04 metros) é utilizada como matriz para o desenho dos quarteirões, tendo o primeiro exatamente a mesma medida que a praça no seu comprimento. O segundo quarteirão possui metade desta medida e o terceiro 68 metros, separados por ruas de cerca de 10 a 11 metros de largura. Duas filas de quarteirões com estas dimensões ocupariam o espaço livre existente entre a Praça Principal do forte e a Casa da Câmara, respeitando as medidas encontradas e assinalando, para além disso, uma relação muito direta entre estes dois espaços, através do alinhamento conformado pela torre do relógio da Casa da Câmara e pelo centro da praça, previsto, aliás, como um arruamento central no plano de Azevedo Fortes. Este alinhamento teria continuidade para Nascente, bifurcando num dos caminhos de ligação de Zebreira a Segura, onde existiria o baluarte mais a jusante da proposta.

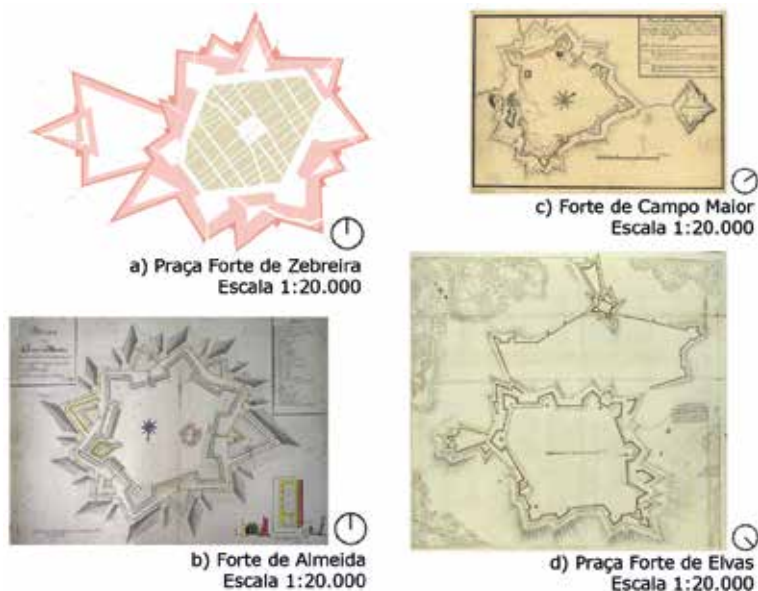
Considerámos que estas medidas tiveram por referência também os quarteirões paralelos atrás da Casa da Câmara, pois coincidem com o esquema de quarteirões programados pelo plano. Assistimos, também, a uma sobreposição de eixos viários com os do plano na azinhaga que se dirige desde o Campo da Nave até à Igreja Matriz, e, aproveitando a rua Velha de São Sebastião, na ligação dos quarteirões a Norte da praça principal do plano com a entrada Poente. Por sua vez, os eixos perpendiculares a estes têm por base a orientação da Casa da Câmara, ligando-se aos baluartes mais a Norte e a Sul e aos caminhos que vão da ermida de São Sebastião em direção a Idanha-a-Velha. De uma maneira geral, encontramos os vários caminhos a atravessarem os baluartes junto aos vértices.

Embora estes aspetos sejam abarcados pelas várias propostas que realizámos de modo a integrar as características do plano no local, atendendo a todas estas condicionantes já muito frisadas, considerámos a posteriori o desenho encontrado no *Archivo General de Simancas* (“A que los Portugueses intentaron encontrar”), uma vez que este último acrescenta um hornaveque relativamente ao plano oficial. Pareceu-nos estranho que a parte mais elevada da povoação (S. Pedro e Piedade) não tivesse sido contemplada pelo sistema defensivo no plano de Azevedo Fortes pelo que o desenho encontrado em Valladolid vai ao encontro desta preocupação e permite, com esta nova estrutura defensiva adossada à restante fortaleza, cobrir todo este morro que jamais poderia deixar de pertencer ao plano por simples motivos defensivos.

De destacar a semelhança com a praça-forte de Elvas, por onde Azevedo Fortes possui atividade documentada (1735). No que toca à introdução do referido hornaveque, em Elvas este engloba uma parte da estrutura urbana que se pretendia proteger – o Convento de Santo António. Efetivamente, sabe-se que o engenhei-

ro-mor do reino (1719) realizou uma expedição à região das Beiras e do Alentejo no ano de 1735 com o propósito de “(...) fazer o levantamento das situações existentes”³⁶, tendo no ano seguinte delineado o plano de conclusão da praça-forte de Almeida. Nesta vila destaca-se a existência de um revelim, mais simples, anunciando e salvaguardando a entrada para a praça-forte, também na parte Poente.

Num desenho da praça-forte de Bragança de 1797, atribuído a Carlos Ferreira Bernardo de Caula e a Luís Gomes de Carvalho, o Forte de São João concretizou-se a uma cota mais alta relativamente à cidade, pois a estratégia militar, sobretudo neste caso, tem por base a georreferenciação - aspeto determinante para a defesa daquele território. Assim, enquanto a primeira proposta definiu-se pela colocação do hornaveque de acordo com a sua colocação no plano, no ponto da entrada, a segunda proposta atende à necessidade de defender a zona do Castelo, mantendo o bairro do Espírito Santo intramuros e, tal como o exemplo de Almeida, com um revelim de menores dimensões. (fig. 8 - Um termo de comparação: Zebreira, Almeida, Campo Maior e Elvas)



Na terceira proposta, considerámos o exemplo de Almeida, com um

³⁶ TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra: Formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVI-XVIII*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 86.

revelim assimétrico, como referido, a abranger uma maior área do perímetro urbano. Mantém-se, por isso, desde a primeira hipótese, que a fortaleza cubra também o bairro quinhentista do Espírito Santo, como podemos observar no terreno a existência de muros, marcados por uma surpreendente continuidade, a delimitar os logradouros das habitações ao longo da parte Sul da rua de Espírito Santo. Os muros de contenção possuem um perfil diferenciado do logradouro para a parcela agrícola (mais abaixo), que certamente envolveram movimentos de terra associados a uma fase inicial das obras de construção da praça-forte. A margem mais a Norte do hornaveque, que cobriria o bairro de São Pedro, assume um alinhamento específico, sobre uma das linhas de festo – princípio de implantação que é comum aos baluartes. A possibilidade da criação de uma coroadá na parte Poente veio ainda justificar os quarteirões regulares inscritos na confluência de dois caminhos, figurando um baluarte no bairro da Piedade.

Ainda sobre a praça central da fortaleza, no Campo da Nave, através das suas proporções podemos estabelecer um estudo comparativo com espaços de configuração semelhante, como o Campo Novo (Praça de Mouzinho de Albuquerque), em Braga, a Praça do Comércio, em Lisboa, a Praça Real (atual Praça Marquês de Pombal), em Vila Real de Santo António, e a Praça Maior, no Porto.

O Campo Novo (aberto em 1720), enquanto plano de “(...) ordenamento da expansão da cidade de Braga para Norte e para Nascente (...)”³⁷ que previa estruturar os arrabaldes, surge nesta análise por marcar um novo esquema de entradas na praça. De planta quadrangular (um quadrilátero, com aproximadamente 68x68m), esta praça insere-se no traçado de um plano que, pela sua regularidade, sobressai-se da malha urbana não deixando de se articular com esta. O seu atravessamento efetua-se pelos vértices, ampliando o espectro visual e a percepção desse espaço a partir dos arruamentos que, de acordo com as autoras do artigo “O Campo Novo de Braga. O Plano, a Praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe”, “(...) ganha a forma de polígono octogonal (...)”, sendo os enfiamentos das quatro ruas que desembocam na praça percecionados como novos alçados³⁸. Este eixo é, no entanto, distinto da conceção prevista por Azevedo Fortes e contrasta com a regularidade dos quarteirões e arruamentos orientados pela relação de paralelismo com a praça e o edificado.

Sobre a Praça Real de Vila Real de Santo António (1773-1776) interessou-nos a comparação que se pode afigurar entre o percurso axial à frente

³⁷ OLIVEIRA, Marta, et all., [coord. Miguel Figueira de Faria], “O Campo Novo de Braga. O Plano, a Praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe”, Praças Reais, Passado Presente e Futuro, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 275.

³⁸ OLIVEIRA, Marta, Idem, p. 277.

ribeirinha, cortando a praça (65x65m), e os enfiamentos de menor largura que, no caso de Zebreira, atravessam a praça continuamente.

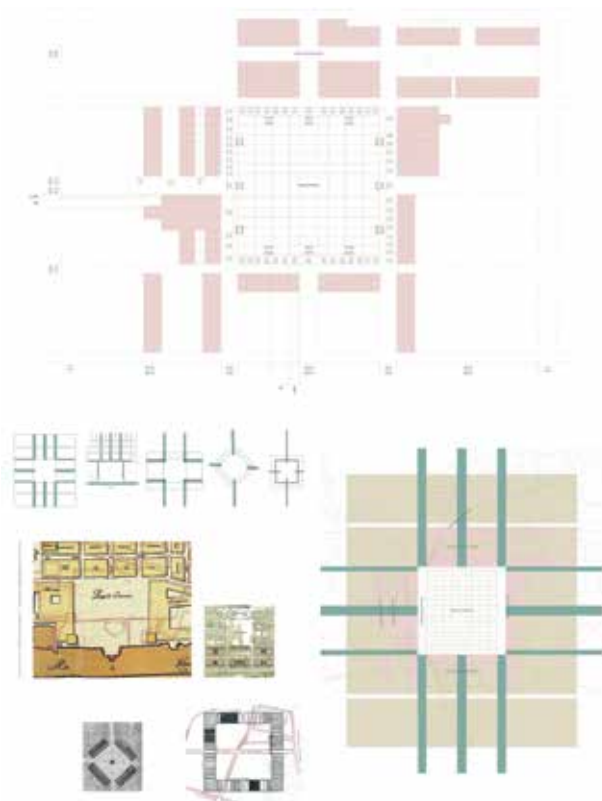
Acresce-se, no entanto, que os eixos axiais (correspondentes às ruas de maior largura) instauram o centro da praça como ponto de destaque, com continuidade para a nova sucessão de quarteirões. No caso da Praça do Comércio (1755-1758), o eixo axial (a Rua Augusta) culmina, igualmente, num ponto central do espaço (160x180m) que prossegue em direção à frente ribeirinha, como em Vila Real de Santo António, e para o rio Tejo. Podemos também aludir ao Campo Novo nesta questão, uma vez que as ruas se cruzam num ponto central, ou até ao projeto para Praça Maior do Porto. Apesar de em Lisboa o ponto central ter, igualmente, um monumento (realizado posteriormente em relação ao plano urbanístico), a situação urbana difere na medida em que a Rua Augusta não tem continuidade numa outra rua no lado oposto da praça, mas, antes, num grande “alçado paisagem”. Deste modo, a monumentalização do centro não consegue suprimir esta leitura, ao contrário do caso bracarense que, até pela largura dos arruamentos, o objeto que enfatiza o centro da praça quebra totalmente a perspetiva de continuidade dos enfiamentos das ruas.

Relativamente ao projeto não construído para a Praça Maior na cidade do Porto (1709), tal referência surgiu dada a sua configuração urbana, na qual os arruamentos surgem a eixo com os lados da praça. Neste caso, a praça constitui uma unidade urbana isolada (120x120m) que estaria perfeitamente integrada na malha antiga³⁹. Se por um lado, este projeto se assemelha na questão das entradas relativamente ao caso de Zebreira, por outro lado distingue-se precisamente pelo carácter de praça fechada, muito ao gosto da plaza mayor espanhola. Efetivamente, o desenho da Praça Maior do Porto nem sequer chega a definir o esquema de loteamento nas situações de gaveto, definindo, contudo, uma largura base de 7,48m para os lotes que é proporcional à largura dos lotes no caso de Zebreira, tendo em conta as maiores dimensões da praça portuense.

Constatámos que a matriz para praça principal de Zebreira foi a métrica dos lotes levantada *in situ*, mais ou menos constante de rua para rua, conforme ilustram os perfis desenhados. Tal verifica-se pela correspondência entre o plano ideal de Azevedo Fortes e o que se encontra construído atualmente, como que enunciando a matriz geométrica para a conformação de quarteirões. Os quarteirões e a praça, conforme o plano do engenheiro-mor, quando sobrepostos ao traçado urbano existente vinculam-se ao lugar, pois a verdadeira grandeza dos lotes da rua Nova da Nave permitiu determinar os eixos viários do lado Poente

³⁹ Marie Thérèse Mandroux, Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII, Porto: C.M., 1985, Edição comemorativa do 2º Centenário da Morte de João de Almada, 1786-1986, p. 5.

da praça, a saber: o arruamento axial com 35 pés de largura e os outros, paralelos ao primeiro, que conformam os lados Norte e Sul da Praça Principal, com 17,5 pés de largura. A largura destes dois últimos aproxima-se do valor médio da largura dos lotes, excetuando o valor da largura da igreja prevista (44,5 pés) para o lado Nascente da Praça Principal. Sobre o eixo central (Nascente-Poente), saliente-se que a sua largura é igual à de dois lotes de célula R, destacados no perfil voltado a Nascente da rua Nova da Nave. A medida de 35 pés parece introduzir uma exceção na métrica da praça, que advém, de Norte para Sul, das medidas de 17,5 pés e, no sentido Nascente-Poente, de 32 pés. A introdução de arruamentos axiais expande uma quadrícula regular constante, contrariamente ao que se verifica no Campo Novo de Braga, onde esta foi sistematizada para os quatro lados da praça. (fig. 9 - O Campo da Nave, o Campo Novo de Braga, a Praça do Comércio de Lisboa e a Praça Real de Vila Real de Santo António)



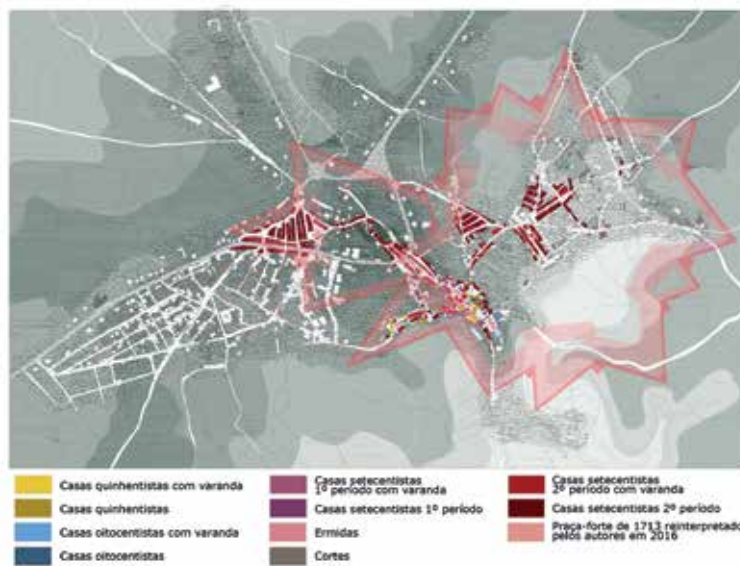
A posição desses dois eixos subdivide em duas partes iguais a quadrícula nos seus dois sentidos, reforçando que a largura de um lote é equivalente à metade do lado maior da quadrícula – cruzando-se, novamente, a relação entre o plano ideal e os quarteirões construídos. O desenho apresentado incide, essencialmente, na interpretação do construído daí que não se apresente a totalidade dos quarteirões do plano, mas, apenas, o que se sobrepõe à malha atual. A rua do Poço da Nave atravessa os quarteirões a Norte da praça, criando, tal como se verifica in situ, duas filas de lote sem logradouro; enquanto a rua Nova da Nave origina, a Nascente, um quarteirão com duas filas de lote com logradouro de 19 pés e, a Poente, uma fila de lotes com tardo voltado para a rua dos Balcões (com 14 pés). Viabiliza-se o atravessamento dos quarteirões, a Norte, como forma de chegada ao Largo do Poço da Nave. Este possui um imponente tanque de granito no centro efetivo da primeira parcela de um dos quarteirões de 264 pés, cuja mediana está alinhada com a divisão de lote da única célula RI do perfil voltado a Norte deste largo. Considerámos que o quarteirão é dividido em duas partes iguais por existir, de facto, uma rua no local.

A construção geométrica reitera a totalidade da composição euclidiana associada a este tipo de traçado, encontrando-se a $\sqrt{3}$ a eixo da referida rua. O quarteirão de 264 pés possui como referência geométrica a $\sqrt{2}$, que é igual à associação dos dois quarteirões com a rua que fazem os alçados Norte e Sul da Praça Principal.

No entanto a construção geométrica desses dois quarteirões também permite estabelecer, simultaneamente, o outro lado do quarteirão de 264 pés: a partir do lado menor dos quarteirões de 114,5 pés define-se o quarteirão seguinte, cuja construção, ao definir três quadrados, perfaz o limite superior do quarteirão, distinto dos dois tipos abordados até então. A regularidade do plano de Azevedo Fortes possui, afinal, um enorme exercício de construção geométrica subjacente, que não se traduz na repetição indistinta de quarteirões.

Procuramos evidenciar, acima de tudo, com esta análise a relação estreita entre a topografia e o desenvolvimento da estrutura morfológica urbana, aspeto que nos pareceu determinante para compreender várias questões relacionadas com o estudo da praça-forte. (fig. 10 - A implantação da praça-forte de Zebreira: hipótese final) Para além disso, o entendimento dos aspetos que envolvem a praça-forte surge apoiado na realização de um amplo estudo sobre a evolução morfológica do tecido urbano, revestindo-se de uma enorme importância os arquétipos de urbanidade – aqueles que concernem sobretudo à cidade medieval e à iluminista -, desenvolvido na mais vasta bibliografia, bem como os fatores históricos, sociais e políticos. Pretendeu-se, neste sentido, efetivar uma síntese analítica e interpretativa que, munida de amplas conclusões sobre questões métricas e de ajuste às

proporções de sintaxe clássica, articulasse períodos distintos, com conceções de vivência espacial igualmente diferenciadas, do mesmo modo que procuramos evidenciar a importância que tal estrutura deteria se tivesse sido construída.



Assumimos a eventualidade de toda a vila ter sido reconstruída, após a sua destruição aquando de uma das investidas espanholas, que ocorreram em meados do século XVIII, inviabilizando a construção da praça-forte. Parece-nos que, para além das todas as justificações apontadas no decurso do trabalho que formalizaram e deram “corpo” às soluções aventadas, uma vez recuperada a posição portuguesa, a reorganização da vila assumiu os alinhamentos parcialmente “riscadas” in situ, deixando o plano de Azevedo Fortes incompleto.

Ainda assim, no âmbito do delineamento desta, em 1737, consolidaram-se dois grandes núcleos de expansão da estrutura urbana de índole iluminista - a Nave e a Piedade -, que iriam constituir dois importantes pólos de cumprimento de funções militares, pois uma delas serviria para a implantação da Praça Principal e a outra estaria inscrita no hornaveque de acesso ao interior da vila-fortificada.

Assim, a regularização do traçado do plano para a praça-forte impôs uma “ordem urbana” que se estendeu ao desenho da vila e que coloca em evidência os tempos distintos de desenvolvimento arquitetónico-urbanístico, que fazem de Zebreira um caso de estudo singular.